



**VANTAGENS E DESAFIOS DE SE IMPLANTAR SUSTENTABILIDADE NA  
GESTÃO PÚBLICA: ESTUDO DE CASO COM O IBGE**

**ADVANTAGES AND CHALLENGES OF IMPLEMENTING SUSTAINABILITY IN  
PUBLIC MANAGEMENT: A CASE STUDY WITH IBGE**

**Clebson Santos de Brito**

Pós-graduando Especialização em Gestão Pública (UNIVASF)  
Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas (IBGE)  
Endereço: Agência IBGE Paulo Afonso, Rua da Providência, 242 – Perpétuo Socorro  
48.603-100 – Paulo Afonso/BA, Brasil  
clebsantosdebrito@gmail.com

**Rosimere Santos Ferreira**

Pós-graduanda Especialização em Gestão Pública (UNIVASF)  
Técnica Judiciária (TJBA)  
Endereço: Fórum Adauto Pereira de Souza, Rua das Caraibeiras, 420 - General Dutra  
48.607-010 – Paulo Afonso/BA, Brasil  
rosimeresf@hotmail.com

**Marcelo Henrique Pereira dos Santos**

Doutor em Ciências Sociais (PUC/SP)  
Professor da Especialização em Gestão Pública (UNIVASF)  
Endereço: Colegiado de Ciências Sociais, Avenida A. C. M., 510 - Santo Antônio  
48902300 - Juazeiro, BA - Brasil  
marcelo.henrique@univasf.edu.br

**RESUMO**

O presente artigo aborda sobre o desenvolvimento sustentável implantado no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A sociedade globalizada necessita vivenciar um novo paradigma voltado para a sustentabilidade em todas as esferas sociais, inclusive nas relações organizacionais, sejam elas privadas ou públicas. O gerenciamento público enfrenta grandes desafios que permeiam diferentes contextos, inclusive relacionados às questões socioambientais. Por isso, a adoção de uma gestão sustentável exige um posicionamento não imediatista, com planejamento voltado ao curto, médio e longo prazo, que permitirão a continuidade e o sucesso dessas ações. Este trabalho teve como objetivos discutir, por meio de uma análise documental, as vantagens e os desafios de se implantar a sustentabilidade em uma fundação pública, tendo como objeto o IBGE, a partir da análise comparativa de dois relatórios da referida instituição. A metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica do tipo descritiva, exploratória e documental, com abordagem qualitativa, fundamentada em livros, artigos e relatórios, para subsidiar a presente pesquisa. Concluiu-se que a questão da

Recebido em 08.09.2018. Publicado em 26.12.2018



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

sustentabilidade e meio ambiente nesta instituição encontra grande relevância, não obstante ainda encontre dificuldades que demandam gestão para aperfeiçoamento.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Gestão Ambiental. Implantação. Benefícios.

## ABSTRACT

This article deals with the sustainable development implemented at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Globalized society needs to experience a new paradigm focused on sustainability in all social spheres, including in organizational, relationships whether private or public. Public management faces major challenges that permeate different contexts, including related to socio-environmental issues. Therefore, the adoption of sustainable management requires a non-immediate positioning, with short, medium and long-term planning, that will allow the continuity and success of these actions. This paper aims to discuss, through a documentary analysis, the advantages and challenges of implementing sustainability in a public foundation, having as object the IBGE, based on the comparative analysis of two reports of said institution. The methodology used was a bibliographic review, descriptive, exploratory and documentary with a qualitative approach, based on books, articles and reports to support the present research. It was concluded that the issue of sustainability and the environment in this institution is of great relevance, despite still difficulties that require management for improvement.

**Keywords:** Sustainable Development. Environmental management. Implantation. Benefits.

## INTRODUÇÃO

Com as constantes transformações impostas pela demanda crescente da população, seja no nível micro ou macro, desde as pequenas cidades até os países, englobando todo o mundo, a gestão pública tem se defrontado com a necessidade de ofertar serviços cada vez mais eficientes que viabilizem o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se garanta o acesso e a preservação dos recursos para todos e para as gerações futuras (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

Isto porque o mundo vivencia um novo paradigma, o de sustentabilidade, que consiste na percepção do mundo de um modo holístico, numa concepção participativa, pautada pela ética entre todas as relações organizacionais, entendendo que estas possuem causa e efeito global e requerem a adoção desta linha de pensamento (PAZ; KIPPER, 2015).

Nesse liame, o gerenciamento público acaba tendo que enfrentar desafios que permeiam diferentes contextos; especialmente os que dizem respeito às questões econômicas, socioambientais e técnico-culturais (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016). Para Almeida (2002), a adoção de uma gestão sustentável exige um posicionamento não imediatista, mas com planejamento voltado ao curto, médio e longo prazo que permitirão a continuidade e o sucesso dessas ações.

Deste modo, inúmeros países, entre os quais o Brasil está incluído, possuem questionamentos que se apresentam com alto grau de dificuldade para ser equacionado, principalmente sobre como manter equilibrada as relações entre crescimento econômico, sustentabilidade e justiça social por meio de uma governabilidade pautada em um regime democrático e transparente (CIDADES SUSTENTÁVEIS, 2016).

De acordo com observações de Evandro Razzoto (2015), nas últimas décadas, a maioria das campanhas eleitorais demonstrou preocupação quanto ao tema sustentabilidade na gestão pública, relacionada a diversos segmentos da sociedade como nas escolas, órgãos

públicos, entre outros, que resultaram em um ou outro projeto. Todavia, menos de 5% das promessas a esse respeito foram ou são colocadas em prática.

Segundo Munk e Souza (2010) a Gestão Pública tem como grande desafio o papel de estabelecer exemplos concretos de gerenciamento que interconectem seus princípios, diretrizes e objetivos com a responsabilidade e o desejo de conservar e recuperar o meio ambiente por meio de ações sustentáveis, implantadas em níveis cada vez menores, como por cidades, para que as populações destas recebam orientações práticas e as adotem em suas realidades, disseminando tal conceito por todo o planeta.

Para Razzoto (2015) não basta apenas adotar uma política de gestão pública pautada na sustentabilidade como estratégia para reduzir e controlar gastos, reduzir consumo de água, energia e insumos e buscar preservar os recursos hídricos de rios e mares e da biodiversidade como um todo. É preciso adquirir competências e habilidades no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos em longo prazo que interliguem as secretarias ambientais a outros segmentos sociais como as secretarias de educação, ciências, tecnologia, economia, sociais, etc, tratando esta temática como elemento importante para o desenvolvimento do país.

Tendo em vista tudo o que fora mencionado neste artigo, e a relevância da Gestão Pública para o desenvolvimento de sua população, atendendo suas reais necessidades com responsabilidade social, esta pesquisa traz como problemática o seguinte questionamento: “Quais as vantagens e os desafios para se implantar a concepção de sustentabilidade na Gestão Pública do IBGE?”.

O objetivo geral é discutir, por meio de uma análise documental, as vantagens e os desafios de se implantar a sustentabilidade em uma fundação pública, tendo como objeto o IBGE, a partir da análise comparativa de dois relatórios da referida instituição, e como objetivos específicos: i) conhecer os principais aspectos que fundamentam a Gestão Pública e a sustentabilidade; ii) Identificar a partir da análise de dois relatórios produzidos pelo IBGE acerca da Gestão Ambiental e Sustentabilidade referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017 os elementos relativos a sustentabilidade que foram implantados pela instituição, apontando os que tiveram prosseguimento ou foram descontinuados; iii) Refletir sobre os resultados positivos e/ou negativos decorrentes da implantação destes projetos, buscando identificar seus efeitos para a manutenção da sustentabilidade na Gestão Pública.

Sendo assim, a realização desta pesquisa justifica-se pela relevância socioambiental da gestão pública, atrelada a um conceito cada vez mais forte de que é preciso gerir os recursos existentes de modo a proporcionar à população o usufruto dos benefícios de um crescimento econômico ligado à garantia da manutenção desses recursos, preservando o meio ambiente e proporcionando elementos essenciais às pessoas como: saúde, moradia, saneamento, educação e lazer.

Neste sentido, faz-se necessário, discutir a respeito desta temática com o intuito de promover a reflexão de todos os envolvidos no contexto social, para que possam contribuir para o desenvolvimento de ações cada vez mais benéficas ao coletivo.

Espera-se, a partir deste trabalho, demonstrar com exemplos concretos de que a implantação da sustentabilidade pela gestão pública atrelada a outros segmentos gera resultados mais eficientes, capazes de se perpetuar em longo prazo.

## 2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa é de revisão bibliográfica do tipo descritiva, exploratória e documental com abordagem qualitativa.

O presente estudo foi fundamentado em livros, artigos, monografias e dissertações, além de utilização, como instrumento para coleta de dados, da análise documental, embasada em três relatórios produzidos pelo IBGE, que contemplam a temática aqui abordada, estabelecendo-se um recorte temporal referente a esses documentos datados dos anos de 2015, 2016 e 2017, viabilizando a identificação de vantagens e desafios da implantação da sustentabilidade na gestão pública, mais precisamente o IBGE.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 Reflexões e conceitos sobre a Gestão Pública**

Atualmente, o mundo moderno requer mudanças de paradigmas, sendo necessário perceber o mundo de forma holística, participativa, vivendo de forma ética nas relações sociais, e, sobretudo, priorizando ações sustentáveis. De acordo com Almeida (2002), a adesão a modelos mais sustentáveis demanda uma postura não imediatista e um olhar de planejamento de curto, médio e longo prazo. Para que isso ocorra, o emprego de modelos sustentáveis na Gestão Pública é indispensável para o bom andamento das organizações públicas; entretanto, é fundamental conhecer quais são os principais desafios da sustentabilidade nesse tipo de administração.

Gestão é um termo atual, e passa uma ideia "maior". Esse termo não apenas envolve a organização sistemática, mas também o uso inteligente dos recursos disponíveis, realizando busca por uma ou diversas oportunidades de melhoramento no processo de gestão/administração. Gerir algo não é simplesmente voltado para a organização de recursos, e sim, empregá-los de modo que a organização ou entidade pública evolua (MARTINS, 2016).

A gestão pública é extremamente complexa, e, não raras vezes, é vista como uma esfera dentro da administração que possui muitos problemas. Assim, devido a sua complexidade, precisa desenvolver iniciativas que estimulem a sustentabilidade com o intuito de também instigar a população a adotar atitudes sustentáveis.

Com as intensas transformações socioeconômicas que são originadas através das políticas públicas, sejam elas em âmbito local, nacional ou global, as cidades demandam novas formas para compreender e desenvolver ações que visem a sustentabilidade. Ao longo do tempo, restou evidenciado que para que a implantação de ações e comportamentos sustentáveis seja efetiva, ela teria que ser construídas em níveis grupais cada vez mais reduzidos, com a finalidade de que os municípios, as cidades e os diferentes grupos sociais tenham orientação para a prática diária.

Nesta premissa, percebe-se que o grande desafio para a Gestão Pública está em criar modelos de administração, que igualem suas missões e fins às responsabilidades que visem a preservação e conservação ambiental (MUNCK; SOUZA, 2010). É válido destacar que a Gestão Pública envolve diversos aspectos de natureza: econômica, política, cultural, social e ambiental, e o bem estar populacional deve ser a finalidade principal, destacando que nenhuma gestão deve distanciar-se desse intento.

Contudo, atualmente os problemas são tão diferenciados e inúmeros que se torna difícil atender a todas as necessidades da sociedade. Diante disso, o desafio da gestão pública encontra-se na visão estratégica do equilíbrio entre o atendimento das necessidades básicas e o seu potencial, tendo a capacidade de adaptar-se e/ou moldar o crescimento urbano

à demanda social por serviços públicos e promover uma consciência de corresponsabilidade concernente aos problemas ambientais por parte da sociedade.

De acordo com Martins (2016), a Gestão Pública é o termo que consiste numa área do conhecimento (ou que constitui uma determinada área de conhecimento) e de trabalho referentes às organizações, cujos objetivos sejam voltados para o interesse público ou atinja este, envolvendo esferas, tais como: Recursos Humanos, Finanças Públicas e Políticas Públicas, entre outras.

Ainda conforme o autor supracitado, uma organização pode ser privada ou pública, porém com interesses que abrangem toda a sociedade e/ou comunidade. Deste modo, observa-se que pode existir “gestão pública” em empresas públicas e privadas, apesar de ser muito rara uma preocupação real com o coletivo por parte de entidades privadas.

Gestão Pública é um termo bastante novo, que veio indicar o uso de práticas recentes na administração da esfera pública, algumas trazidas do setor privado, outras advindas e restauradas do processo histórico, e outras implementadas nos últimos anos. Pelo viés do ensino, está mais associada às práticas de gestão, à funcionalidades e situação hodierna do Estado e suas organizações (órgãos públicos) (MARTINS, 2016).

Os órgãos públicos existem com o intuito de prover a população de elementos necessários à sua manutenção e sobrevivência, a exemplo de alimentação, segurança, transporte, educação, saúde e saneamento básico. Dentro desse panorama, a Gestão Pública surge como uma importante ferramenta de acompanhamento e supervisão dos serviços prestados pelos órgãos estatais (municipal, estadual ou federal) (FONSECA, 2016). Torna-se cada vez mais presente na sociedade a necessidade de uma gestão pública pautada na sustentabilidade para o alcance de seus objetivos sociais.

### 3.2 Sustentabilidade

Sustentabilidade vem do latim “*sustentare*” que significa sustentar, suportar, conservar em bom estado, manter, resistir. Assim, é considerado sustentável tudo aquilo ou toda ação que é capaz de ser suportada, conservada, mantida (ORTEGA, 2014).

É válido salientar que a implementação de práticas de desenvolvimento sustentável passa por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade, uma vez que, implica em mudanças de posturas, de visões e no modo de agir dos indivíduos, dos governos, entre outros. Para Jacobi (2003 p, 193):

A problemática da sustentabilidade assume neste novo século um papel central na reflexão sobre as dimensões do desenvolvimento e das alternativas que se configuram. O quadro socioambiental que caracteriza as sociedades contemporâneas revela que o impacto dos humanos sobre o meio ambiente tem tido consequências cada vez mais complexas, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

De acordo com Meadows et al. (1972), surgiu a definição de desenvolvimento sustentável para enfrentamento da crise ambiental, havendo duas vertentes que alimentaram este processo. A primeira, embasada na pesquisa realizada pelo Clube de Roma, que reúne suas ideias, arquivadas sob o título de Limites do crescimento em 1972, as quais informam que para se chegar a estabilidade da economia e ecológica, sugere-se o congelamento do crescimento da população mundial e do capital industrial, manifestando o real cenário dos recursos limitados, mostrando um intenso viés para o controle demográfico.

A outra está relacionada à crítica ambientalista à forma de viver da contemporaneidade, e se alastrou a partir da Conferência de Estocolmo em 1972. E conjectura com a existência de sustentabilidade socioeconômica e ecológica. “Estas dimensões explicitam a necessidade de tornar compatível a melhoria nos níveis e qualidade de vida com a preservação ambiental” (JACOBI, 2003).

Esta surge em decorrência da urgência em equilibrar os processos ambientais com os sociais e ambientais, aumentando a produção dos ecossistemas para beneficiar as necessidades humanas presentes e futuras. Essa abordagem pode ser compreendida como uma maneira eficiente porque além da incorporação definitiva dos aspectos ecológicos no plano teórico, ela ressalta a necessidade de inverter a tendência autodestrutiva dos processos de desenvolvimento no seu abuso contra a natureza (BRASIL, 2015).

Trazendo a sustentabilidade para o rol dos negócios, a mesma é conceituada como um modelo de negócio que leva em consideração o uso equilibrado e a visão holística ou sistêmica dos aspectos socioeconômicos e ambientais promovendo em longo prazo benefícios às gerações vindouras e as partes interessadas “*stakeholders*” (LANGE; BUSH; DELGADO-CEBALLOS, 2012).

É válido complementar que a partir do surgimento deste termo, o mundo dos negócios passou a conhecer acerca da relevância da sustentabilidade como forma de alavancar as atividades das organizações (CAMPOS et al., 2013). Para que uma entidade - pública ou privada - seja pautada na sustentabilidade bem como na competitividade, precisa embasar suas ações e tomadas de decisões na eco eficiência, ou seja, ações que priorizem produzir ou oferecer serviços com menor índice de poluição e reduzido uso dos recursos naturais, além de ser socialmente responsável (BRASIL, 2015).

Não levar em conta esse novo cenário refletirá em prejuízos não somente para a organização, mas também, para a sociedade de forma geral. Ressalta-se que a sustentabilidade também vem através do debate, do diálogo, do ouvir os diferentes sujeitos sociais, sendo estes, elementos chave e essenciais para que a organização pública ou privada consiga implantar este novo modelo tão necessário à sua sobrevivência (ALMEIDA, 2002).

A implantação da sustentabilidade precisa ocasionar, indiscutivelmente, inovações dentro das organizações, as mesmas necessitam fazer a reformulação de produtos, tecnologias, processos, bem como modelos de serviços e negócios que venham transformar o cenário competitivo (SILVEIRA, 2013). Por fim, compete às entidades, independentemente de sua natureza, descobrir novos meios de produção de bens e serviços que propiciem maior qualidade de vida com menor quantidade de recursos naturais (ALMEIDA, 2002).

Ressalta-se que a existência de leis ambientais que são a cada dia mais rigorosas cria uma imposição de obediência às exigências legais, sob pena de pagamento de multas e revogação de licenças. As normas dos governos educam e chamam a atenção, como também pressionam para que haja uma inovação organizacional, melhoria na qualidade dos serviços e estímulo à contínua melhoria. Lembrando que mesmo havendo leis ambientais que vigoram a um algum tempo, a exemplo da Lei do Meio Ambiente (Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981), e o anseio constitucional de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, percebe-se que a Gestão Pública ainda não incorporou, de forma definitiva, os conceitos ambientais. Entretanto, é notável um grande interesse pelo desenvolvimento sustentável e assuntos relacionados, o que vem facilitar a realização dos objetivos da gestão pública (COGO, 2011).

### **3.3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE é considerado como o principal provedor de dados e informações do Brasil, atendendo às necessidades das diferentes esferas da sociedade civil, como também, dos órgãos governamentais, nos níveis: federal, estadual e municipal.

O IBGE é uma fundação pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que retrata um panorama completo e atual do Brasil, por meio do desenvolvimento de suas funções basilares, tais como: Produção e análise de informações estatísticas e geográficas; estruturação e implantação de sistema das informações ambientais; documentação e divulgação das informações e coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacional (BRASIL, 2018).

#### **3.3.1 Relatórios de Gestão 2015, 2016 e 2017 do IBGE: Gestão Ambiental e Sustentabilidade**

Conforme a Lei nº 5.878 de maio de 1973, o IBGE é o órgão responsável por garantir informações, dados e estudos de caráter estatístico, geográfico, cartográfico e demográfico, fundamentais ao conhecimento do panorama físico, econômico e social do Brasil, objetivando o planejamento econômico e social e à segurança nacional (IBGE, 2016).

A informação é um recurso extremamente fundamental na sociedade globalizada e por ser o IBGE um órgão que prima pela qualidade da informação por ele produzida, o Instituto conta com o reconhecimento do povo devido a relevância de seu produto. Assim, o Relatório de Gestão é uma das principais ferramentas que viabilizam o princípio constitucional da transparência e da obrigatoriedade da prestação de contas do gasto público, mostrando e fazendo uma análise dos aspectos que são próprios ao processo institucional e às práticas e técnicas de gestão que ocorreram no exercício e que possibilitaram a produção e a disseminação das informações para a sociedade (BRASIL, 2016).

##### **3.3.1.1 Relatório de Gestão 2015**

O tema Gestão Ambiental e Sustentabilidade do IBGE encontra-se dentro de sua área especial da gestão, e foi implantado como política de sustentabilidade visando a promoção e a conscientização dos seus componentes, gestores e servidores, para a adoção de uma postura pautada na ideia de consumo sustentável, visando a racionalização dos gastos e dos processos através do corte de desperdício e a prática de ações que facultem melhor qualidade no ambiente laboral (IBGE, 2016).

De acordo com o relatório de Gestão 2015 (IBGE, 2016), fundamentando-se no Decreto nº7.746/2012, na Instrumentação Normativa nº10/2012 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IBGE fundou um comitê de gestão e sustentabilidade, implantando-o em todas as suas unidades estaduais e grupos voltados a esta finalidade, para executarem ações e acompanharem seus resultados, com o intuito de controlar o consumo de energia elétrica, água, etc., visando sua economia. Estas ações resultaram em um catálogo de materiais sustentáveis voltados também à manutenção de prédios, dos veículos, da segurança e dos processamentos dos dados com objetivo de reduzir gastos, mantendo a qualidade do processo operacional da instituição.

Neste sentido, a fundação voltou-se, no segundo semestre de 2015, à realização de campanhas com o intuito de conscientizar o uso responsável da água, da energia, de papéis, utilizando-se de material de imagem, assim como das redes sociais para propagar tal campanha acerca da sustentabilidade.

Além destas ações, o IBGE resolveu investir em educação, criando 3 turmas na modalidade EaD para os servidores indicados, representantes de cada unidade espalhada pelo Brasil para constituir os grupos de executivos do conceito sustentabilidade, preparando-os para atuarem em suas unidades como multiplicadores dos hábitos e práticas sustentáveis e analistas do processo de implantação de tal sistema. Esta afirmativa pode ser observada abaixo:

Foram formadas três turmas do Curso IBGE Sustentável, na modalidade EaD, com os servidores indicados pelas unidades em todo o Brasil para compor os Grupos Executivos de Sustentabilidade, tendo como principal objetivo prepará-los para atuar em suas unidades como disseminadores de hábitos e práticas sustentáveis, além de acompanhar de perto o desenvolvimento de outras ações institucionais sobre o tema (IBGE, 2016, p. 145).

Outra ação adotada de sustentabilidade pela instituição foi a coleta seletiva no instituto, dedicada a criar parceria com cooperativas voltadas a coleta de lixo. Nesta seara, algumas unidades conseguiram realizar todas as ações pertinentes a este processo, mas a grande maioria não, evidenciando assim a necessidade de revisão ou reelaboração da referida ação, a fim de que se torne viável em todas as unidades do IBGE (IBGE, 2016).

Neste relatório, o IBGE destaca seus esforços para atender a política de economia de energia e água por meio de monitoramento da redução, visando atender o modelo sustentável e que observado tais informações, constatou-se de fato que em 2015, ao comparar o consumo da água referente a 2014, houve redução significativa, como apresentado a seguir:

O IBGE vem envidando esforços para garantir o monitoramento do consumo, especialmente de água e energia elétrica, em atendimento às orientações ministeriais e, nesse caso, alguns resultados já podem ser observados. Após a publicação da Portaria nº 23/2015, que “Estabelece práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água”, há o monitoramento sistemático pelo Ministério do Planejamento quanto à utilização do Sistema Esplanada Sustentável (SisPES) (IBGE, 2016, p. 146).

No que diz respeito à sustentabilidade social, é voltada ao estímulo dos funcionários, a fundação demonstra o entendimento de que estes são essenciais, e que os aspectos físico e mental corroboram para se ter um bom ou ruim ambiente laboral, comprometendo ou equalizando a qualidade de vida do servidor. Neste sentido, a instituição investe no Programa Novo Tempo, o IBGE Solidário e a Semana da Saúde. Estes programas são voltados a informar seus funcionários sobre diversas situações que abordam legislação trabalhista, proventos, família, aspectos sociais, educação financeira, saúde, etc. Inúmeras palestras com diversas temáticas foram realizadas para servidores, além de campanhas voltadas à sociedade, com o intuito de ajudar na questão de agasalhos, atenção aos idosos, ajuda aos desabrigados do acidente ocorrido em Minas Gerais da Barragem do Fundão, e prevenção da saúde, fornecendo atendimento para a prevenção e diagnóstico de doenças como obesidade, hipertensão, diabetes, entre outros, orientando os funcionários acerca da importância de cuidar preventivamente da saúde por meio da adoção de hábitos saudáveis (IBGE, 2016).



Além destas ações, a instituição primou pelo estabelecimento de critérios voltados à sustentabilidade ambiental no que diz respeito a aquisição de bens e contratação de serviços, priorizando-os em suas licitações quando na aquisição de produtos, respeitando a questão socioambiental, estimulando as empresas a se adequarem ao contexto de ações sustentáveis em suas produções, por meio de licitações que priorizavam microempresas, dando-lhes preferência e fiscalizando-as quanto às obrigações trabalhistas como forma de incentivo. Outro fator de destaque foi a priorização da produção destas empresas conforme as noções de sustentabilidade, dando prioridade às certificações que registrem a eficiência dos produtos e menor consumo energético (IBGE, 2016).

Quanto aos serviços contratados de obras, a prioridade é dada nas especificações de materiais e a prestação do serviço atendendo a política de sustentabilidade adotada pelo IBGE.

### 3.3.1.2 Relatório de Gestão 2016

Dando continuidade às ações de sustentabilidade no IBGE no ano de 2016, os gestores selecionados das unidades da instituição por todo o Brasil que fizeram o curso de capacitação em EaD no ano anterior, passaram a colocar em prática suas funções no nível executivo de sustentabilidade, atuando, de forma interligada, nas ações voltadas a promover as práticas e hábitos sustentáveis em relação ao consumo, sendo responsáveis por implantar as ações e o monitoramento. Todavia, em todo o Brasil, alguns pontos somente conseguiram atuar organizadamente quanto a essas questões (IBGE, 2017).

Neste mesmo ano, foram priorizadas cinco áreas de atuação determinadas pelo comitê gestor: material de consumo, energia elétrica, água, esgoto e coleta seletiva. Neste ano, o relatório trouxe detalhes a cerca de medidas adotadas para a diminuição do consumo e de ações sustentáveis como por exemplo, mudança de lâmpadas normais por mais econômicas, LED, com sensor automático para acendimento, uso de impressoras por departamento, impressão frente verso, economia de consumo de copos plásticos, separação do lixo de forma seletiva, troca de torneiras, válvulas de descargas de 2 níveis, entre outros (IBGE, 2017).

No que diz respeito ao setor de economia da água e da energia, o monitoramento de ambos foi mantido e observou-se ao comparar 2015 e 2016 que houve uma redução no consumo de água e também da energia. Concernente à coleta seletiva, esta foi implantada somente em alguns locais, não tendo alterações em comparação ao ano anterior. Todavia, o IBGE foi homenageado por cumprir o Decreto nº5.940/2006 relacionado a coleta seletiva solidária que apoia os catadores de materiais recicláveis.

Quanto à coleta seletiva e destinação para associações e cooperativas de catadores, algumas unidades já realizam todo o processo, mas ainda é preciso avançar com relação ao PLS institucional para ter esse modelo implementado em toda a Instituição. Em abril de 2016, por exemplo, na reunião mensal do Fórum Lixo e Cidadania, na sede do Ministério Público do Trabalho em Curitiba, o IBGE foi homenageado pelo cumprimento do Decreto Nº 5.940/2006 que trata da Coleta Seletiva Solidária e pelo apoio das instituições aos catadores de materiais recicláveis e meio ambiente (IBGE, 2017, p. 145).

No ano de 2016, o relatório aponta que foi priorizada a reformulação do Plano Estratégico Institucional de 2017-2027, em que se primou pelas estratégias a serem implantadas no ano seguinte com foco em promover a cultura da sustentabilidade na

instituição, reforçando o que já ocorria no ano anterior, ou seja, a sustentabilidade relacionada as compras sustentáveis (IBGE, 2017).

Neste relatório, reforçou-se o compromisso de melhorar e monitorar as ações voltadas aos recursos humanos, guiados a promover uma melhor qualidade de vida no ambiente laboral através da promoção da saúde, da integridade e segurança laboral, visando, para o ano de 2017, a implantação de espaços destinados à prática de atividade física, criação de bicicletário, ginástica laboral, etc.

O relatório de 2016 empenhou-se em mostrar as intenções de implantar uma série de ações em 2017, priorizando o monitoramento das informações, por meio de seus resultados publicados na internet com o objetivo de colaborar para a conscientização e mobilização de todos para a aderência às práticas sustentáveis da fundação (IBGE, 2017).

No tangente ao setor de aquisição de bens e a sustentabilidade, as mesmas medidas adotadas no ano de 2015 são aplicadas no ano de 2016, investindo, por meio do seu poder de compra, em aquisições sustentáveis por meio do incentivo a licitações para micro e pequenas empresas, acrescentando-se às prerrogativas existentes, as licitações voltadas exclusivamente a aquisição de materiais com critérios de sustentabilidade (IBGE, 2017).

### 3.3.1.3 Relatório de Gestão 2017

No ano de 2017, assim como nos anos anteriores, as diretrizes institucionais voltadas para o desenvolvimento sustentável no órgão foram planejadas para serem executadas no cotidiano laboral de gestores, servidores e demais profissionais, com o intuito de sensibilização e conscientização desses indivíduos, voltadas tanto para a racionalização de gastos públicos como para promover modificação de hábitos e atitudes em benefício da sustentabilidade.

O relatório de sustentabilidade do IBGE de 2017 traz uma análise dos dados e afirma que alguns progressos ocorreram de 2014 a 2016, entre estes estão: a aquisição de bens móveis pela Coordenação de Recursos Materiais (CRM) foi realizada de forma sustentável; contratos de obras e manutenções prediais realizados também pela CRM no ano de 2014, em sua grande maioria, em torno de 80% fizeram uso de critérios de sustentabilidade. Em 2015, o índice foi de 100%, taxa mantida também em 2016 e 2017 (IBGE, 2018).

No ano de 2017 este órgão investiu recursos em capacitação para o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade fazendo uso das diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)*. Essas diretrizes vêm sendo adotadas de forma expressiva por organizações de muitos países quando estas fazem seus relatórios de sustentabilidade.

A coleta seletiva destinada a associações e cooperativas também foi uma das ações realizadas, contudo, ainda é necessária sua implementação em todas as instituições do IBGE no território nacional. Esforços voltados para a redução do consumo de água e energia foram evidenciados de forma significativa mês a mês em 2017 (IBGE, 2018).

É válido destacar que ao findar o ano de 2017, ocorreu a atualização do Mapa Estratégico do Plano Estratégico Institucional 2017-2027. Nessa premissa, a dimensão da sustentabilidade do IBGE foi inserida no Objetivo Estratégico: “Implementar a gestão voltada para resultados”. A esse escopo está relacionado o Projeto “IBGE sustentável”, visando institucionalizar a Gestão da Logística Sustentável no órgão, colaborando de forma positiva para o estabelecimento de uma cultura organizacional que promova, de forma gradual, o aperfeiçoamento contínuo das práticas de desenvolvimento sustentável e de racionalização de gastos no IBGE (IBGE, 2018).

Vantagens e Desafios de se Implantar Sustentabilidade na Gestão Pública: Estudo de Caso com o IBGE

Abaixo quadro comparativo das ações sustentáveis realizadas pelo IBGE nos anos de 2015, 2016 e 2017 (Quadro 1).

**Quadro 1 – Ações sustentáveis IBGE**

Ações de sustentabilidade	2015	2016	2017
Educação/capacitação dos profissionais na modalidade EAD	Início das ações educacionais para os gestores, servidores e profissionais via modalidade EAD.	Continuação das ações educacionais/capacitação para os gestores, servidores e profissionais. Nesse mesmo ano, foram colocadas em prática estratégias desenvolvidas pelos profissionais a partir da capacitação.	Continuação da capacitação para os gestores, servidores e profissionais. Aprimoramento das estratégias.
Estratégias para redução do uso de água, energia elétrica e consumo de material	Estratégias para redução do uso da água, energia elétrica e consumo de material.	Redução expressiva do consumo de água, energia e de material.	Redução do consumo de água e energia foi evidenciada consideravelmente mês a mês em 2017.
Coleta seletiva	Coleta seletiva	Continuação da utilização da coleta seletiva.	Continuação da utilização da coleta seletiva.
Programa de Sustentabilidade Social	Implantação do Programa de Sustentabilidade Social. Programa Novo Tempo, o IBGE Solidário e a Semana da Saúde	Foi reforçado o compromisso de melhorar e monitorar as ações voltadas aos recursos humanos, guiados a promover uma melhor qualidade de vida no ambiente laboral através da promoção da saúde, da integridade e segurança laboral.	Implantação de espaços destinados à prática de atividade física, criação de bicicletário, ginástica laboral, etc.
Programa de Sustentabilidade Ambiental (Aquisição de bens e contratação de serviços)	Aquisição de bens móveis pela Coordenação de Recursos Materiais (CRM) foi realizada de forma sustentável.	Aquisição de bens móveis pela Coordenação de CRM foi realizada de forma sustentável. O índice foi de 100%,	Aquisição de bens móveis pela CRM foi realizada de forma sustentável. O índice foi de 100%.

**Fonte:** Elaboração própria.

Observa-se que essas ações realizadas desde o ano de 2015 até o ano de 2017 foram aprimoradas e visíveis os resultados a partir da leitura e análise dos relatórios. Salientando que mesmo havendo a melhoria e progresso na execução das práticas sustentáveis ainda é muito desafiador para essa instituição a implementação de medidas sustentáveis em todas as bases do IBGE no país, uma vez que as práticas sustentáveis se restringem apenas a algumas localidades.

### **3.4 Vantagens e desvantagens da implantação da sustentabilidade no IBGE**

Observou-se que o IBGE é um órgão cuja estrutura física é muito peculiar, possuindo mais de 500 unidades em todo o país. Então, toda essa complexidade faz com que a uniformização dos processos laborais seja mais abrangente, quando comparada com outras instituições. Por esse motivo, a implantação da sustentabilidade vem sendo realizada de forma gradativa. Assim, as ações são arquitetadas, organizadas e analisadas de modo a alcançar todo o contingente de unidades distribuídas por todo o país.

Percebeu-se que a implantação das ações em 2015 e 2016 foi vantajosa porque possibilitou aos funcionários serem capacitados com o intuito de desenvolverem dentro desse órgão ações sustentáveis. A partir dessas ações, áreas prioritárias foram definidas visando trazer melhorias para a conservação do meio ambiente, bem como para melhor qualidade no ambiente laboral.

Entretanto, apesar das ações serem planejadas e implementadas em algumas unidades da instituição, tudo está acontecendo de forma lenta. Mesmo com todo o avanço, muito ainda precisa ser feito, para que haja o sucesso das ações sustentáveis, sobretudo, no que concerne aos estímulos para a adoção de atitudes sustentáveis por parte dos funcionários dessa instituição.

Contudo, percebe-se que há um trabalho intenso nos ajustes do Plano de Logística Sustentável (PLS) para que isso ocorra o mais rápido possível. Pelo que pode ser visto, o maior problema é a implantação das ações em todas as unidades. Não há uma continuidade expressiva e o processo de implantação é lento. As iniciativas são interessantes, mas precisam ser colocadas de fato em prática.

É válido destacar que a sustentabilidade dentro das instituições públicas ou privadas é bastante vantajosa, haja vista que e a empresa que prioriza o desenvolvimento sustentável tende a crescer, pois, ganha uma boa imagem perante seus clientes e sociedade de forma geral, além de contribuir de forma direta para conservação ambiental.

De acordo com Morales, Romagnoli e Hashimoto (2013), as empresas que substituem as tecnologias que degradam o meio ambiente por outras mais sustentáveis observam, geralmente, que há um lucro considerável. Existem organizações que renovam suas tecnologias de produção de energia, de extração e de projetos sociais, já que isso resulta em crescimento contínuo.

Para Garcia (2016), atualmente, ainda que poucos órgãos públicos desenvolvam práticas sustentáveis, nos últimos anos as iniciativas de sustentabilidade foram se proliferando e, passaram a estabelecer um círculo virtuoso em muitas cidades brasileiras. Para que essas ações ocorram em número mais expressivo, compete a sociedade, reivindicar do governo projetos que envolvam a temática sempre administrando com ética, transparência e honestidade.

Assim, é fundamental que os gestores públicos estimulem a reflexão acerca da responsabilidade socioambiental, bem como, o desenvolvimento de projetos dentro do ambiente de trabalho que instigue a mudança de atitude no ambiente laboral.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização do presente trabalho, em que se buscou, através da análise documental, relatórios do IBGE acerca da gestão e implementação da sustentabilidade na instituição ora analisada, referentes aos anos de 2015, 2016 e 2017, observar as vantagens e os desafios para a aplicação deste conceito em uma fundação pública de grande representatividade ao país, verificou-se que os desafios são enormes, assim como as vantagens. Todavia, os relatórios não foram muito satisfatórios, tendo em vista que ambos se ativeram a falar de implantações, com poucas informações sobre os resultados de um ano para outro, sendo necessária a observação do relatório posterior, ao de 2017 ou, mais precisamente, a observação dos resultados dos anos vindouros, ou seja, 2018 ou 2019.

As informações divulgadas em ambos os relatórios evidenciaram a busca da implantação de ações educativas voltadas a formar gestores para efetivar as ações planejadas a partir de 2015, ao mesmo tempo em que se observavam os efeitos de tais ações, sendo possível verificar que a principal dificuldade se situou no tamanho da instituição e sua distribuição em todo o território brasileiro, contando com diferenças culturais, econômicas e estruturais que limitaram e dificultaram a implantação de tais ações de modo homogêneo.

Neste sentido, em função da diversidade aqui apontada, as ações priorizadas mostram-se lentamente implantadas, logo, os seus resultados também, o que requer maiores esforços e melhor planejamento.

As ações implantadas mostram-se positivas no que diz respeito à economia de água e energia, importantes questões para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável; mas que precisa de ainda mais. No que diz respeito a coleta seletiva, essa situação mostrou-se de difícil implantação, embora, com resultado positivo onde conseguiu ser aplicado, mas demonstra que o Brasil precisa investir ainda mais neste setor tão importante e impactante para o meio ambiente e o setor econômico, ficando evidente que, com empenho, foco e determinação é possível aplicar ações que priorizem a sustentabilidade.

A instituição demonstrou, em ambos os relatórios, que investe também no social, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos seus funcionários, aprimorando o ambiente laboral por meio de educação voltada aos direitos de seus trabalhadores e prevenção de saúde. Todavia, não se observou os efeitos de tais ações nos relatórios, já que as medidas priorizadas encontram-se em fase de implantação. As ações até aqui relatadas demonstram a solidariedade da instituição com os desafios sociais, buscando colaborar por meio de doações aos grupos mais vulneráveis.

Neste sentido, verifica-se que a questão da sustentabilidade e meio ambiente nesta instituição é importante e tem conseguido resultados positivos, não obstante ainda encontre dificuldades que demandam gestão para aperfeiçoamento. Como mencionado no decorrer da pesquisa, um dos maiores desafios no que se refere a implementação de práticas sustentáveis dentro das instituições, inclusive as públicas, é não somente propor ações, mas sobretudo empenhar-se à sua manutenção e efetivação de resultados conforme o planejado.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. São Paulo: Nova Fronteira, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Gestão ambiental: ecoeficiência e produção mais limpa nas práticas da hemorrede pública nacional**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 280 p.: il.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico**. Brasília, 2018.

CAMPOS, L. M. de S. et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras Segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão e Produção**, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013.

COGO, G. A. R. **A sustentabilidade na administração pública federal: um desafio às organizações**. Ponta Grossa, 2011.

FONSECA, A. F. Você sabe o que é Gestão Pública?. **Revista Unipê**. João Pessoa 2016.

GARCIA, M. **Práticas sustentáveis no cotidiano do governo**. 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de Gestão 2015**. (Org.) Rio de Janeiro, mar. 2016. Disponível em:<  
[https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/prestacaodecontas/relatorio\\_de\\_gestao\\_2015.pdf](https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/prestacaodecontas/relatorio_de_gestao_2015.pdf)  
>. Acesso em: 07 de mai.2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de Gestão 2016**. (Org.) Rio de Janeiro, mai,2017. Disponível em:<  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/223/relatorio\\_gestao\\_2016.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/223/relatorio_gestao_2016.pdf)>. Acesso em: 07 de mai., 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório de Gestão 2017**. (Org.) Rio de Janeiro, 2018.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesquisa**. São Paulo, n. 118, 2003.

LANGE, D. E. de; BUSCH, T.; DELGADO-CEBALLOS, J. D. (2012). Sustaining Sustainability in organizations. **Journal of Business Ethics**, v. 110, n 2, p. 151-156, 2012.

MARTINS, M. H. **O que é Gestão Pública e Administração Pública**. 2016. Disponível em:  
<http://gestaopublica.net/blog/o-que-e-gestao-publica/>. Acesso em: 08 mar. 2018.

MEADOWS, D.H. et al. **The limits to Growth**. United States: Universe Books, 1972.

MORALES, A. G.; ROMAGNOLI, F. HASHIMOTO, C. T. Gestão e Educação Ambiental nos órgãos públicos relacionados ao setor agronegócio de Tupã e Assis: presença ou ausência?. **XIV EPEA** - Cascavel, 2013.

MUNCK, L; SOUZA, R. B. de. **Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise**. Gestão e Sociedade, v. 3, n. 6, p. 254- 287, 2010.

ORTEGA, S. G. Sustentabilidade na construção civil: significados, práticas e ideologia. **Organizações e Sustentabilidade**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 112-137, 2014.

PAZ, F. J.; KIPPER, L. M. Sustentabilidade nas organizações: vantagens e desafios. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 11, nº 2, p. 85-112, 2016.

PROGRAMA CIDADES SUSTENTÁVEIS. **Guia GPS: Gestão Pública Sustentável**; Disponível em:<<http://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/gest%C3%A3o-p%C3%ABblica-sustent%C3%A1vel.pdf>> Acesso: 09 mar. 2018.

RAZZOTO, E. **Gestão Pública e a Sustentabilidade**. 2015. Disponível em:<<http://www.bandab.com.br/blog/evandro-razzoto/gestao-publica-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 11 de abr.2018.

SILVEIRA, M. A. Strategic management of innovation towards sustainable development of brazilian electronic. **Journal Technologic Management & innovation**, v. 8, número especial, p. 174-186, 2013.